

Boletim Internacional



Ano VI nº 27 09.08.2006

Defendamos nossa imprensa !

Revista do Brasil: Ato hoje pela liberdade de expressão

Os sindicatos responsáveis pela Revista do Brasil realizam hoje ato público contra a proibição da distribuição do primeiro exemplar da revista. A censura partiu de uma representação apresentada pela coligação PSDB/PFL.

Uma das reportagens contestadas explica porque o presidente Lula continua o preferido dos eleitores. Outra informava que São Paulo era o único estado a não sofrer qualquer tipo de fiscalização na gestão de Alckmin por causa do engavetamento das CPIs.

O ato será em frente à Prefeitura de São Paulo, no Centro, às 11h30. Haverá concentração na Sede do Sindicato e na Regional Diadema, às 10h, de onde partem a comitiva dos metalúrgicos. Pede-se que os companheiros e companheiras vistam uma peça de roupa preta.



Sindicatos fazem ato contra censura à Revista do Brasil

“Suspender Revista do Brasil é inconstitucional”

O presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Maurício Azedo, considerou inconstitucional a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de proibir a circulação da primeira edição da Revista Brasil.

Ele aconselhou a CUT e os sindicatos responsáveis pela publicação a entrarem com representação no Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir o direito à liberdade de expressão.

A Revista é publicada por 21 sindicatos, confederações e federações da CUT que distribuem 360 mil exemplares a seus associados.

“Trata-se de uma exorbitância do TSE, porque a Constituição é clara quando diz que a lei não poderá constituir nenhum empecilho à liberdade de expressão e do pensamento por qualquer meio de comunicação”, afirmou Azedo.

A decisão do TSE foi tomada no último dia 26, atendendo a uma representação da coligação PSDB/PFL.

O presidente do Sindicato José Lopez Feijóo teme que a proibição crie uma jurisprudência que impeça novos veículos de comunicação de circular em período eleitoral. “Nossa avaliação é que se trata de censura prévia do TSE. Estamos tomando todas as ações jurídicas possíveis e podemos recorrer”.

Feijóo anunciou que os sindicatos responsáveis pela revista farão um ato político para denunciar o abuso de autoridade. (*Tribuna Metalúrgica* nº 2203 e 2204)

A suspensão das negociações da OMC

Por Kjeld Jakobsen e Alexandre Freitas Barbosa

Frustrou-se mais uma tentativa de acordo na OMC, o que não foi nenhuma surpresa dado o histórico da Rodada Doha. No entanto, é preciso matizar o que existe de "fracasso" e de "sucesso" neste desenlace.

Em primeiro lugar, o lançamento da própria rodada foi arrancado a fórceps em 2001, ainda sob o impacto do ataque às torres gêmeas e devido à pressão americana para se "promover o livre comércio como forma de combater a pobreza geradora do terrorismo". As relutâncias na época partiam principalmente dos países em desenvolvimento, devido ao fato de que várias das decisões tomadas em negociações anteriores não terem sido implementadas, especialmente no setor agrícola.

Enquanto isso, os países desenvolvidos procuravam impor uma agenda que incluía novos assuntos como investimentos, compras governamentais, acesso a mercados não-agrícolas (NAMA), entre outros. Ou seja, qualquer concessão na agricultura, por menor que fosse, exigiria grandes concessões em outras áreas. Mesmo depois do "susto" de Cancún, em 2003, quando houve a formação do G-20, junto com a posterior redução da agenda, não se conseguiu alterar este desequilíbrio inicial, tal como provam os resultados das várias reuniões informais do G-6, da ministerial de Hong-Kong e das discussões no Conselho Geral da OMC.

O que está acontecendo hoje não é muito diferente do ocorreu no comércio mundial desde o fim da Segunda Guerra Mundial, quando os fluxos mundiais de comércio estavam bem mais concentrados nos países desenvolvidos. Eles sempre definiram a velocidade, a intensidade, os bens e suas exceções para fins da liberalização comercial por intermédio da redução tarifária. Nunca adotaram qualquer medida antes que estivessem preparados. Por isto, desde a criação do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) e até a Rodada Uruguai, o tema agrícola nunca fez parte da agenda e os produtos têxteis só foram incluídos recentemente.

Em 1994, os países desenvolvidos conseguiram o maior acordo de liberalização comercial da história, arrancando concessões muito significativas, como redução tarifária de bens industriais, propriedade intelectual e serviços em troca de regras sobre subsídios agrícolas - o que não impediu que estes inclusive se elevassem. Diante desta experiência tão bem sucedida para eles, porque fariam concessões agora? É neste sentido que a crise atual comporta um elemento de sucesso.

Mas onde estaria o fracasso? Ora, o enfraquecimento do multilateralismo tende a conferir uma ainda maior importância para as negociações comerciais bilaterais, embora elas já venham avançando independentemente das negociações na OMC. Esta possibilidade debilitaria ainda mais a capacidade dos países em desenvolvimento de obter concessões, principalmente em áreas como a agricultura.

Assim, preservar o espaço multilateral para definição de acordos internacionais na área da economia e do comércio parece fundamental. A questão que deve nos angustiar é a seguinte: em que medida a OMC tem condições de proporcionar este espaço, levando-se em consideração a sua recente dinâmica negociadora e, pior ainda, a herança que ela carrega de 60 anos de hegemonia inquestionável dos países desenvolvidos.

Dos 20 anos de abertura econômica à brasileira, tivemos como resultado a especialização regressiva da indústria nacional

Quanto à posição do governo brasileiro, esta se mostrou correta ao buscar até o fim a abertura dos mercados agrícolas, além de lutar pela preservação das negociações multilaterais; embora chegasse em alguns momentos a ser temerária, especialmente quando acenava com a possibilidade de cortes nas tarifas consolidadas dos bens industriais de pelo menos 50% em média (de acordo com o coeficiente 30 da fórmula suíça), ainda mais arriscado num ambiente de valorização cambial.

Ressalte-se que para um grupo importante de produtos - concentrados em setores estratégicos tais como calçados, têxteis e vestuário, automotivo, eletroeletrônico e para alguns segmentos da indústria química - esta redução implicaria uma queda não desprezível das tarifas aplicadas. Ou seja, as tarifas seriam cortadas na prática - reduzindo inclusive as margens de preferência entre os países do Mercosul - e não na teoria, como acontece no caso das ofertas dos países desenvolvidos.

Devemos lembrar que os 20 anos de abertura econômica à brasileira, com redução tarifária e valorização cambial, realizada de forma indiscriminada, sem exigir reciprocidades ou levar em conta o interesse nacional, trouxeram como resultado uma especialização regressiva da indústria brasileira - cada vez mais concentrada nos setores de baixo e médio potencial tecnológico - e a eliminação de 2 milhões de empregos industriais, acarretando uma redução de 20% no total de postos de trabalho da indústria de transformação.

Um acordo no afogadilho levaria a uma maior pressão competitiva sobre o parque produtivo nacional num contexto de juros ainda elevados, repercutindo negativamente sobre nível de emprego e as condições de trabalho. Enquanto isto, a China assistiria de camarote a redução tarifária de países em desenvolvimento, especialmente aqueles que "brincam" de câmbio baixo.

Ora, nos últimos cinco anos, sem aumento da abertura, em função da desvalorização cambial e da recuperação do mercado interno, o Brasil gerou 1,5 milhões de empregos formais na indústria. Se quisermos continuar nesta toada, teremos que resistir à fúria liberalizante dos países desenvolvidos em bens industriais. Mais importante ainda, não podemos ceder mais do que já fizemos no passado naquilo que é essencial: a possibilidade de desenvolver políticas industriais, agrícolas e de financiamento ao nosso desenvolvimento. Portanto, a interrupção das negociações não significa nenhuma tragédia para o Brasil.

Como prova disso, cabe enfatizar que duplicamos as nossas exportações entre 1999 e 2004. Para isso, contribuíram vários fatores, dentre os quais a desvalorização cambial e a forte recuperação do comércio internacional pós-2002 motivada pelo crescimento econômico mundial.

Por outro lado, a crise da OMC tampouco merece ser comemorada. Além de manter o atual desequilíbrio de poder no plano internacional, abre um ponto de interrogação sobre a possibilidade de criação de um sistema multilateral de comércio que seja favorável à elaboração de estratégias de desenvolvimento provenientes da periferia.

Kjeld Jakobsen é presidente do Instituto Observatório Social.

Alexandre de Freitas Barbosa é pesquisador do Instituto Observatório Social e doutor em Economia Aplicada pela UNICAMP. (*Valor*, 08.08.2006)

Manifesto exige respeito à soberania de Cuba

Mais de 400 personalidades de todo o mundo, entre eles oito prêmios Nobel, assinaram um manifesto divulgado à imprensa nesta segunda-feira (7) no qual exigem que os Estados Unidos respeitem a soberania de Cuba. O texto também condena as crescentes ameaças contra a integridade territorial da ilha. Entre os signatários do manifesto estão os brasileiros Chico Buarque, Frei Betto e Oscar Niemayer, além de nomes como Eduardo Galeano, José Saramago, Ignacio Ramonet, Miguel Bonasso, Rigoberta Menchú, Desmond Tutu, Mario Benedetti e Noam Chomsky.

O documento, intitulado "A soberania de Cuba deve ser respeitada", critica a postura de Washington diante do problema de saúde do presidente Fidel Castro, afastado há uma semana do poder para se recuperar de uma cirurgia abdominal. "Devemos impedir a todo custo uma nova agressão", defende o documento, levando em conta a crescente militarização da política externa norte-americana. Ao final, há o endereço de uma página na Internet criada especialmente para propagar o manifesto e conquistar mais adesões. Leia a íntegra do manifesto:

A soberania de Cuba deve ser respeitada

"Desde que foi comunicado o estado de saúde de Fidel Castro e a delegação provisória de seus cargos, altos funcionários norte-americanos têm formulado declarações cada vez mais explícitas acerca do futuro imediato de Cuba. O secretário de Comércio Carlos Gutiérrez opinou que "chegou o momento de uma verdadeira transição até uma verdadeira democracia" e o porta-voz da Casa Branca Tony Snow disse que seu governo está "pronto e ansioso para outorgar assistência humanitária, econômica e de outra natureza ao povo de Cuba", o que acaba de ser reiterado pelo presidente Bush".

"Já a "Comissão por uma Cuba Livre", presidida pela secretária de Estado Condoleezza Rice, havia destacado um informe em meados de junho "a urgência de trabalhar hoje para garantir que a estratégia de sucessão do regime de Castro não tenha êxito" e o presidente Bush sinalizou que este documento "demonstra que estamos trabalhando ativamente por uma mudança de Cuba, não simplesmente esperando que isso ocorra". O Departamento de Estado destacou que o plano inclui medidas que permanecerão secretas "por razões de segurança nacional" e para assegurar sua "efetiva realização".

"Não é difícil imaginar o caráter de tais medidas e da "assistência" anunciada se tem-se conta da militarização da política exterior da atual administração estadunidense e sua atuação no Iraque. Ante essa ameaça crescente contra a integridade de uma nação, a paz e a segurança na América Latina e no mundo, os abaixo-assinados exigimos que o governo dos Estados Unidos respeite a soberania de Cuba. Devemos impedir a todo custo uma nova agressão". (*Emir Sader, Carta Maior*, 07.08.2006)

Para se aderir: www.porcuba.org

Gerdau dedurou imigrantes nos EUA ?

Gerdau está sendo acusada de explorar imigrantes nos Estados Unidos

A siderúrgica brasileira Gerdau está sendo acusada de explorar imigrantes sem documentação em sua fábrica de Kansas City, nos Estados Unidos. Quem denuncia é o Sindicato dos Metalúrgicos Unidos (United Steelworkers Union) .

Em carta enviada no dia 28 de julho a todos os deputados federais brasileiros, o presidente internacional do Sindicato, Leo W Gerard, acusa a multinacional de usar sistematicamente táticas agressivas para dividir os trabalhadores e enfraquecer os sindicatos norte-americanos. Gerard afirma que durante seis meses, em 2005, a empresa impediu de trabalhar 270 membros do sindicato em uma tentativa fracassada de forçar concessões de contrato por parte dos trabalhadores de Beaumont, Texas:

"Em março de 2006, depois de adquirir os bens da Callaway Building Products (outra fábrica) no Tennessee, a Gerdau voltou atrás no reconhecimento da legitimidade do sindicato Shopmens' Local 733, e todos os membros do sindicato foram demitidos".

Diz a carta: *"Se as vergonhosas táticas da administração norte-americana da Gerdau tiverem a conivência de Jorge Gerdau, quanto tempo irá tardar para que a destruição dos sindicatos se torne prática corrente no Brasil? Se a administração norte-americana da Gerdau estiver agindo sem a aprovação de Jorge Gerdau, ele precisa entrar em cena e fazer cessar os impiedosos ataques a seus empregados. É a empresa de Jorg.e Ele deve ser considerado responsável"*

A empresa, em sua carta de princípios, defende as práticas da responsabilidade social e ambiental: "Promovemos clima construtivo em nossas relações com entidades representativas de classe patronal e das categorias profissionais, que favoreça a melhoria contínua das relações de trabalho. A franqueza no diálogo, a abertura dos argumentos e o respeito às posições de cada parte, caracterizam nosso comportamento durante as negociações com os nossos colaboradores", diz um texto disponível no site da empresa. Os representantes das unidades da Gerdau nos EUA querem que esses princípios sejam colocados em prática nas negociações com suas entidades sindicais

Leia a íntegra da correspondência dirigida aos Deputados Federais brasileiros:



Leo W. Gerard
International President

28 de julho de 2006

Excelentíssimo/a Senhor/a Deputado/a,

Escrevo para informá-lo sobre um chocante e trágico episódio da contínua agressão da Gerdau aos trabalhadores sindicalizados da subsidiária norte-americana da empresa. A empresa recentemente desceu a um nível lamentavelmente baixo: explorar os trabalhadores mais vulneráveis, imigrantes sem documentação, para minar o poder de negociação do Sindicato dos Metalúrgicos (United Steelworkers Union - USW).

A desagradável seqüência de eventos teve lugar em uma pequena usina de aço em Kansas City, Missouri, onde os trabalhadores estão organizados no Local 13-21 do USW. Em 12 de junho, a Gerdau assumiu oficialmente esta e diversas outras instalações, que anteriormente eram de propriedade da Sheffield Steel. Duas semanas mais tarde, agentes federais do Serviço de Imigração e Naturalização dos Estados Unidos (INS) fizeram uma batida no local, afirmando agir com base em uma denúncia anônima que afirmava que alguns dos trabalhadores não eram cidadãos norte-americanos. O INS também havia obtido misteriosamente nomes e endereços dos trabalhadores em

Kansas City. A maior parte dos membros do Local 13-21 são latinos, e muitos deles falam apenas espanhol.

A maioria dos trabalhadores sem documentos antecipou-se à invasão. Eles evitaram a prisão e deportação, mas perderam seus empregos na Gerdau, e foram forçados a desalojar suas famílias e reconstruir suas vidas. E na fábrica, a Gerdau agora tem carta branca para contratar novos trabalhadores escolhidos a dedo, para que possam votar pelo descredenciamento do sindicato local.

Infelizmente, isto não é novidade. A Gerdau tem mostrado sistematicamente sua intenção de usar táticas agressivas para dividir os trabalhadores da América do Norte. Durante seis meses, em 2005, a empresa impediu de trabalhar 270 membros do USW Local 8586 em uma tentativa fracassada de forçar concessões de contrato por parte dos trabalhadores de Beaumont, Texas. Em março de 2006, depois de adquirir os bens da Callaway Building Products (outra fábrica) no Tennessee, a Gerdau voltou atrás no reconhecimento da legitimidade do sindicato Shopmens' Local 733, e todos os membros do sindicato foram demitidos.

O Brasil é um dos dez maiores países do mundo em que as empresas transnacionais estão presentes. O Grupo Gerdau orgulha-se em seu país de ser uma empresa responsável que respeita seus trabalhadores e oferece salários e benefícios decentes. Por que a empresa se comporta de forma diferente nos Estados Unidos?

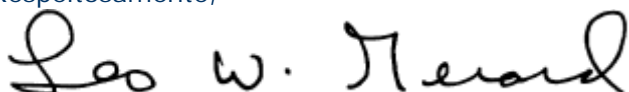
Sete acordos trabalhistas com a Gerdau já expiraram e os trabalhadores norte-americanos continuam trabalhando, desempenhando suas tarefas sem contrato. A Administração Norte-Americana da Gerdau localiza-se em Tampa, Flórida. Eles contrataram negociadores que têm uma reconhecida reputação de combater os sindicatos, com o objetivo de aboli-los. Será o grupo de Tampa uma gerência renegada, atuando de forma contrária às diretrizes definidas pelo presidente e CEO da empresa, Jorge Gerdau Johannpeter?

Está claro que Tampa não está interessada em negociar com os sindicatos. Pelo contrário, a empresa procura uma forma de atacar, e se possível destruir os sindicatos, onde quer que eles existam. Se isto significa fazer com que um trabalhador e esposa e filhos fujam de casa aterrorizados, que seja. Esta é a maneira de agir da Gerdau na América do Norte.

O objetivo desta carta é advertir a Vossa Excelência. Se as vergonhosas táticas da administração norte-americana da Gerdau tiverem a conivência de Jorge Gerdau, quanto tempo irá tardar para que a destruição dos sindicatos se torne prática corrente no Brasil?

Se a administração norte-americana da Gerdau estiver agindo sem a aprovação de Jorge Gerdau, ele precisa entrar em cena e fazer cessar os impiedosos ataques a seus empregados. É a empresa de Jorge. Ele deve ser considerado responsável.

Respeitosamente,



Leo W. Gerard
Presidente Internacional

United Steel, Paper and Forestry, Rubber, Manufacturing, Energy, Allied Industrial and Service Workers International Union

Five Gateway Center, Pittsburgh, PA 15222 • 412-562-2400 • www.usw.org



Gerdau vai enfrentar greve nos EUA

A expansão da Gerdau nos Estados Unidos, levando o grupo à posição de segunda maior fabricante de aços longos da América do Norte, também fez crescer seus problemas na região. A companhia brasileira, 14ª no ranking mundial do aço, enfrenta intensas e prolongadas negociações com a United Steelworkers (USW), central sindical que representa os trabalhadores em sete das 19 usinas operadas pela subsidiária Gerdau Ameristeel.

O confronto ficou maior com a compra da Sheffield, em abril deste ano. O número de usinas com acordos trabalhistas vencidos passou de quatro (as unidades que pertencia à Cargill) para sete. "A empresa quer suprimir direitos conquistados há 50 anos pelos trabalhadores", afirmou ao Valor Jonathan Vandenburg, gerente de estratégia da USW, na Filadélfia.

A USW divulgou ontem material, em português, no qual informa que caso haja uma decisão de greve em quatro unidades da companhia nos EUA, a Ameristeel terá perdas trimestrais (de vendas

e custos fixos) superiores a US\$ 50 milhões por trimestre. Segundo Carolyn Kazdin, representante para a América Latina, o documento foi entregue a Jorge Gerdau, presidente do grupo e membro do conselho da Ameristeel, em maio deste ano, durante uma reunião com acionistas em Toronto (Canadá).

O documento, divulgado por Vandenburg e que relata o papel do USW no processo de consolidação da siderurgia americana, mais se parece a um detalhado relatório de analistas de bancos. Traz inúmeras informações das usinas e projeta até a perda por ação da Ameristeel no caso de deflagração de uma greve em quatro unidades industriais. Os dados são atribuídos a uma consultoria, cujo nome não foi revelado.

A central sindical, segundo Vandenburg, está disposta a estender as negociações com os representantes da Gerdau para fechar os acordos trabalhistas - os acordos são discutidos com cada uma das usinas. Mas ele não descarta a realização de greve (em uma ou em todas as unidades) ainda este ano, caso as conversas não vinguem. A direção da USW não marcou prazo para o fim das negociações. "A greve será nosso último recurso, mas não hesitaremos em parar caso seja necessário", afirmou. As sete usinas empregam cerca de 3 mil pessoas.

Ontem, no início da noite, a Gerdau afirmou, por meio de comunicado, que considera o relatório divulgado pela USW "especulativo e inconsistente" e que o sindicato está adotando medidas para "pressionar" a Ameristeel durante o processo de negociações dos contratos trabalhistas. A direção do grupo disse que "deposita total confiança na gestão local, que está empenhada em obter acordos salariais justos e assegurar os direitos dos seus colaboradores".

Para a Gerdau, "os números apresentados pelo sindicato pertencem a fontes desconhecidas e, por isso, não tem condições de avaliá-los". Segundo a empresa, as negociações com os funcionários da Ameristeel continuam e "tanto o ambiente de trabalho como a operação das unidades encontram-se em absoluta normalidade".

Em março (antes de adquirir a Sheffield), a direção da USW encomendou esse estudo, focando perdas da Ameristeel nas usinas Beaumont (Texas), Perth Amboy (Nova Jersey), St. Paul (Minnesota) e Wilton (Iowa). Aponta perdas com vendas de US\$ 2,5 milhões a US\$ 3 milhões por dia. Haveria também um prejuízo diário de US\$ 270 mil com a paralisação das usinas. Ainda segundo o estudo, essas quatro unidades são responsáveis por 33% da capacidade de produção da Gerdau Ameristeel.

Vandenburg enumerou os pontos em discussão com Gerdau. Segundo o USW, a siderúrgica gaúcha quer reduzir o valor pago pelas horas extras, o cancelamento da licença prêmio (dada a cada cinco anos de trabalho) e a diminuição "significativa" de benefícios como planos de saúde, aposentadoria e previdência privada, além de participação sobre os lucros. "Queremos negociar diretamente com o presidente da empresa (Jorge Gerdau), porque as discussões com os representantes (escritórios de advocacia) não avançam".

Segundo Carolyn, os trabalhadores da Calvert City já obtiveram uma vitória, com o reconhecimento de seu direito de US\$ 2 milhões por conta de participação de resultados. "Vamos lutar para ter o mesmo nas outras três usinas".

O grupo Gerdau informou ainda que vem "trabalhando intensamente" nas negociações para "preservar a continuidade dos negócios, manutenção dos empregos e as condições justas de compensação e benefícios". (Patrícia Nakamura, Ivo Ribeiro e Sérgio Bueno) (*Valor*, 09.08.2006)

Gerdau não quer pagar a PLR

Além do Brasil, a Gerdau tem negócios na Argentina, Uruguai, Chile, Colômbia, Peru, Canadá, Espanha e Estados Unidos. Neste último mercado, a empresa vem enfrentando a ira dos sindicatos de trabalhadores. Schirmer deixou claro que o grupo não pretende pagar imediatamente os US\$ 2 milhões fixados por um árbitro independente do estado americano de Kentucky como participação nos lucros aos empregados sindicalizados da siderúrgica North Star Steel, de Calvert City. Antes disso, a empresa pretende fechar um acordo conjunto com os sindicatos dos trabalhadores de todas suas unidades nos EUA.

"Estamos em processo de negociação em várias unidades e decidimos não tratar deste caso isoladamente; ele está sendo trazido para o conjunto", afirmou. Segundo Schirmer, a Gerdau não decidiu se recorrerá à Justiça contra a decisão do árbitro. Em nota divulgada na semana passada, a United Steelworkers (USW) disse que a Gerdau recusa-se a cumprir acordos trabalhistas que estabelecem a participação nos lucros em vários locais, "em uma tentativa mal-intencionada de destruir nosso sindicato". A USW calcula que a Gerdau deve outros US\$ 5,2 milhões para trabalhadores das usinas de St. Paul, Wilton e Beaumont. (SB) (*Valor*, 03.08.2006)

Lucro da Gerdau subiu 6%

Bom desempenho nos EUA faz lucro da Gerdau subir 6%

O desempenho positivo na América do Norte compensou a contribuição negativa das operações brasileiras sobre vendas físicas, receita, geração de caixa e resultado e permitiu ao grupo Gerdau ampliar em 6,2% o lucro líquido consolidado de janeiro a junho, em comparação com o mesmo período de 2005, para R\$ 1,8 bilhão. O faturamento bruto consolidado cresceu 0,7%, para R\$ 13,48 bilhões (61% por conta das exportações brasileiras e vendas das operações no exterior). A receita líquida subiu 2,2%, para R\$ 11,51 bilhões.

No segundo trimestre, o lucro líquido foi de R\$ 975,9 milhões, 9,3% superior ao anunciado um ano atrás. Entre abril e junho, a geração de caixa medida pelo conceito lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações) foi de R\$ 1,41 bilhão, 7,8% maior que o período anterior. "Operacionalmente os patamares não mudaram muito, mas o lucro deles veio bom. Os preços melhoraram bastante", disse um analista de uma corretora, que pediu para não ser identificado.

A produção de aço bruto aumentou 10,4% no semestre, para 7,72 milhões de toneladas, e a de laminados avançou 17,4%, para 6,28 milhões de toneladas. Já as vendas consolidadas subiram 9,6%, para 7,44 milhões de toneladas, sem contar as operações entre controladas e coligadas.

Os investimentos alcançaram US\$ 1,1 bilhão, incluindo as aquisições da Siderperú (Peru), dos 40% da Corporación Sidenor (Espanha) e das americanas Sheffield Steel, Callaway Building Products e Fargo Iron and Metal. Segundo o vice-presidente executivo de finanças, Osvaldo Schirmer, de 2006 a 2008 a Gerdau aplicará US\$ 3,8 bilhões em projetos de expansão e manutenção para elevar a capacidade instalada de 19 milhões para 22 milhões de toneladas anuais de aço bruto e de 15,4 milhões para 18 milhões de toneladas de laminados. Novas aquisições estão excluídas deste orçamento.

As operações do Brasil responderam por 41,4% das vendas físicas consolidadas, mas com um volume (3,08 milhões de toneladas) 5,4% menor do que no mesmo período do ano passado. As vendas domésticas cresceram 12,1%, para 1,95 milhão de toneladas, e devem fechar o ano com alta de 10% em aços longos - que respondem por mais de 70% dos negócios - em comparação com o acumulado de 2005, prevê Schirmer. As exportações, porém, recuaram 25,5%, para 1,13 milhão de toneladas.

De acordo com Schirmer, a queda dos embarques ao exterior deve-se ao redirecionamento das vendas para o mercado interno, que foi puxado pelo setor da construção civil. Outro motivo foi a retração dos preços internacionais (com exceção dos Estados Unidos, atendidos por unidades locais), que só apresentaram reação a partir de maio e devem se manter aquecidos até o fim do ano. Como consequência desse cenário, as exportações renderam US\$ 533 milhões no semestre, 23,7% a menos do que nos primeiros seis meses de 2005.

No total, a receita líquida das operações brasileiras recuou 12,9%, para R\$ 4,64 bilhões. A geração de caixa no conceito lajida caiu 22,2%, para R\$ 1,4 bilhão, e o lucro líquido encolheu 7,5%, para R\$ 1,17 bilhão, mas ainda assim o equivalente a 64,7% do resultado consolidado do grupo.

Segundo Schirmer, além do efeito das exportações, o desempenho das unidades do Brasil foi afetado pela venda de produtos de menor valor agregado e pelo aumento das despesas administrativas, como serviços de consultorias e escritórios de advocacia envolvidos nas aquisições. Outro fato, disse: os preços internos do aço não são reajustados desde 2004.

Com isso, a expansão do lucro consolidado deve-se principalmente a ganhos obtidos na América do Norte, onde o resultado líquido subiu 30,9%, para R\$ 470 milhões, explicou o executivo. Com a demanda regional aquecida, os preços locais do aço subiram 5% no semestre e 7% no segundo trimestre e tende a permanecer estável no resto do ano, inclusive com a possibilidade de ampliação das margens a se confirmar a trajetória da redução dos custos da sucata.

Os preços mais elevados e o aumento das vendas físicas na América do Norte em 9,5%, para 3,52 milhões de toneladas, também compensaram o efeito da valorização cambial na conversão para reais da receita líquida obtida na região, que subiu 1,5% e alcançou R\$ 5,47 bilhões. A Sidenor também contribuiu com receita de R\$ 417 milhões e um lucro de R\$ 46 milhões, enquanto as operações sul-americanas (exceto Brasil) apresentaram alta de 81,1% nas vendas líquidas, para R\$ 980 milhões, e de 55,1% no resultado, para R\$ 121 milhões. O grupo explicou que a consolidação das usinas Diaco e Sidelpa, na Colômbia, só ocorreu no quarto trimestre de 2005.

Na Bovespa, as ações da Gerdau subiram 3% e contribuíram para a alta de 1,22% do Ibovespa ontem. Sérgio Bueno (*Valor*, 03.08.2006)